



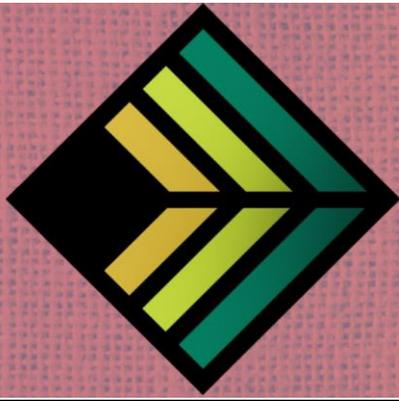
APRESENTAÇÃO

A **Atâtôt** – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG, possui a proposta de ser uma publicação acadêmica, de acesso aberto, com revisão por pares e publicação anual contínua (variados volumes ao longo do ano) da Universidade Estadual de Goiás. Nesta edição segunda, de setembro de 2022, a **Atâtôt** se mantém como espaço interdisciplinar de estímulo à construção de uma visão holística da luta pelos direitos sociais e políticos, pela democracia, por meio de lentes que enfoquem os direitos humanos.

Neste volume há trabalhos que estimulam o diálogo científico entre áreas diversas como a sociedade civil, as instituições bancárias, a saúde no trabalho, dentre outras.

No primeiro artigo, *The UN Standards on Adequate Housing for Civil Society Action*, os autores Manoel Severino Moraes de Almeida e Luis Emmanuel Barbosa da Cunha se baseiam no princípio da não discriminação para analisar os institutos de *softlaw* na implementação do direito à moradia adequada, bem como a atuação da ONU (Organização das Nações Unidas) no Comitê do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Comitê PIDESC) e, a partir da CRFB/88, do Centro Dom Helder Camara (CENDHEC) em Recife, Pernambuco, Brasil. Ao passo da utilização do viés internacional, a óptica constitucional é pano de fundo para os questionamentos dos autores e para a construção de análises acerca dos papéis da sociedade civil organizada, frente aos desafios enfrentados para a efetivação do direito de moradia nos campos e nas cidades, tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

No segundo artigo, de Rebeca de Magalhães Melo e Paulo José Leite Faria, nominado de *Direito fundamental ao trabalho: o assédio moral organizacional como atentado à dignidade humana*, os autores abordam a exploração do trabalho no ambiente bancário, sob um aspecto de poluição deste ambiente, causado pelo assédio moral e práticas organizacionais que se protegem nas formalidades legais. Fazem, também, a análise de um caso concreto (Banco Santander) e a possibilidade de utilização do *compliance* nesses ambientes de trabalho, para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, de forma a manter a dignidade humana e resguardar os direitos humanos.



ATÂTÔT

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS

ISSN 2675-9292

No terceiro artigo, *Quando o príncipe se torna um sapo? Reações de sociólogos em artigos ao veto da obrigatoriedade do ensino de sociologia no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) e o direito à educação*, Ricardo Lopes analisa de uma maneira crítica o veto do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, que poderia ter inserido a sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio brasileiro e não o fez, a despeito da alcunha que recebia de “Príncipe da Sociologia” e sua formação na área. As análises do autor perpassam interessantes caminhos: desde a compreensão do que seria traição, bem como do histórico acadêmico e político do então presidente e, por fim, das expectativas nutridas pelos seus pares, sociólogos e cientistas, que foram frustradas pelo veto presidencial.

No quarto artigo da **Atâtôt**, sob o título *Estado Neoliberal Brasileiro em 2019: A situação do Bolsa Família e o Pacote Anticrime*, as autoras Luísa Neis Ribeiro e Luana Renostro Heinen constroem uma análise do Estado neoliberal e de bem-estar social por meio do estudo de duas políticas públicas (o Programa Bolsa Família e a implementação da Lei Anticrime). O texto traz uma acurada percepção da figura do Estado transfigurado em um Centauro, metade racional e humano, de natureza estimuladora aos benefícios econômicos para uma classe dominante, e metade cavalo, penalizador e animalesco para as classes mais vulneráveis. As autoras desenvolvem críticas ao conflito dessas políticas e como são construídas e naturalizadas novas éticas punitivistas, calcadas em um modelo político-ideológico de suposto combate ao crime, com forte orientação econômica.

Por fim, o ensaio *Con la guerrilla en el poder no debería haber disculpa para la paz*, de Robert Posada Rosero, traz reflexões acerca da necessidade do desenvolvimento de uma cultura de paz na Colômbia, para que cessem a impunidade e a ocorrência de violações aos direitos humanos, por qualquer dos agentes e sob qualquer argumento que permite violações humanitárias em nome do Estado, ou negando seu nome: seja o Exército, sejam as Organizações Paramilitares, sejam pelas Farc. Por outro lado, a liberdade de imprensa também figura como centralidade em um Estado de Democrático, permitindo que a implementação dos direitos humanos, independentemente de classe social, preferência política, ou posição ideológica.